

NAYANE BARBOSA DE JESUS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA (TEA): DESAFIOS NA ATUALIDADE**

GOIÂNIA

2021

NAYANE BARBOSA DE JESUS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA (TEA): DESAFIOS NA ATUALIDADE**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial da disciplina Monografia II, do curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Dra. Maria da Luz Santos Ramos.

GOIÂNIA

2021

**NAYANE BARBOSA DE JESUS**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA):  
DESAFIOS NA ATUALIDADE**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Dra. Maria da Luz S. Ramos

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Prof. Convidado: Ms. Jaime Ricardo Ferreira

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Média final: \_\_\_\_\_

Goiânia, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2021

Dedico este trabalho ao Senhor por me abençoar, à minha mãe que sempre me apoiou na minha vida acadêmica. Agradeço a ela por passar confiança em meus sonhos e objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por tudo, aos meus familiares por estarem sempre comigo, a minha grande amiga Eva que me apoiou e orou desde o início da minha vida acadêmica.

Agradeço à minha Professora Maria da Luz Santos Ramos que teve a paciência e sabedoria em lidar por cada etapa, mostrando sempre firmeza por aceitar um desafio em me guiar no meio do caminho do meu projeto de monografia.

A realização de um sonho começa quando uma pessoa abre o caminho. E pude receber através da Escola de formação de Professores e Humanidades PUC-GO, este sonho. Muitos sonham em poder estar em uma universidade e crescer profissionalmente, com isso, a PUC-GO nos permite realizar.

Agradeço a cada etapa da minha vida acadêmica por aprender a ser melhor a cada dia, sonhar e poder realizar.

“O conceito de Educação inclusiva se afina com a ideia de uma sociedade capaz de incluir a todas as pessoas”.  
(ANDREA RAMAL)

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DESAFIOS NA ATUALIDADE**

Nayane Barbosa de Jesus

**RESUMO:** O projeto de pesquisa de Conclusão de Curso objetivou conhecer a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) dentro da sala de aula do ensino regular. Para tanto, adotamos a pesquisa bibliográfica e utilizamos como principal referencial teórico os seguintes autores: Mantoan (2003), Miranda e Galvão Filho (2012). Tais resultados nos levam a repensar sobre os reais significados da inclusão e da necessidade urgente de que as políticas públicas assumam a responsabilidade que lhe compete, como instrumento principal em favor dos alunos que necessitam de um olhar diferenciado e atento. Sem isto, consideramos que não será possível falar sobre inclusão, mas, somente de inserção e matrícula de estudantes com deficiência ou transtornos na escola, sem que se atendam suas necessidades e garanta seus direitos, conforme prevê a legislação brasileira ainda muito recente.

**Palavras-chave:** TEA. Inclusão. Educação Especial.

## RESUMEN

Este proyecto de pesquisa de finalización del curso, tuvo como objetivo conocer la inclusión de estudiantes con trastorno del espectro autista (TEA) dentro del aula de educación común. Por lo tanto, adoptamos la pesquisa de estudio bibliográfica y utilizamos los siguientes autores como marco teórico principal: "MANTOAN, 2003" "MIRANDA y GALVÃO FILHO, 2012". Los resultados nos llevan a repensar el significado real de la inclusión y la urgente necesidad de que la política pública asuma su responsabilidad como principal instrumento a favor de los estudiantes, que necesitan una atención diferenciada y atenta. Sin esto, creyemos que no se podrá hablar de inclusión, sino solamente de inserción y matrícula de alumnos con discapacidad o trastorno en la escuela, sin atender sus necesidades ni tampoco garantizando sus derechos, como prevé la aún muy reciente legislación brasileña.

**Palabras clave:** TEA. Inclusión. Educación especial.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	9
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	11
1.1 Breve Histórico da Educação Inclusiva no Brasil .....	11
1.2 Legislação que Ampara a Educação Inclusiva no Brasil .....	13
1.3 Conceituando o Transtorno do Espectro Autista .....	18
1.3.1 Grau de Autismo .....	19
CAPÍTULO II - AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	22
2.1 Experiência com Alunos com Transtorno no Espectro Autista (TEA).....	22
2.2 Métodos Utilizados da Linha Comportamental .....	24
2.2.1 Métodos ABA .....	24
2.2.2 Método Padovan .....	25
2.2.3 Método Teacch.....	26
2.2.4 Método PECS.....	27
2.2.5 Método Floortime .....	27
2.3 O Papel do Professor .....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
REFERÊNCIAS.....	32

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo tem por finalidade ampliar o conhecimento acerca da educação Inclusiva e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na atualidade. A escolha pelo tema se deve ao fato de desejarmos aprofundar nossos estudos em Educação Especial, pois percebemos a necessidade de conhecermos mais sobre o assunto e, ao mesmo tempo, compreender como vem ocorrendo a inclusão deste grupo nas escolas regulares.

A Educação Inclusiva se configura como uma modalidade de ensino que inclui alunos com qualquer tipo de transtorno, deficiência ou altas habilidades no ensino regular, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

O processo de inclusão gera uma exigência da transformação da escola, pois acarreta na inserção no ensino regular de alunos que fazem parte do grupo de educandos atendidos pela educação especial na perspectiva de educação inclusiva, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades deles, desta forma, inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino.

Para a realização deste trabalho de conclusão de curso, desenvolvemos uma pesquisa de cunho bibliográfico, composto por dois capítulos e utilizamos como referencial teórico os seguintes autores: (MANTOAN, 2003), (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012).

No primeiro capítulo foi realizado um breve retrospecto sobre a educação especial no Brasil, bem como sobre a legislação que ampara a educação inclusiva e para finalizar conceituamos o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Já no segundo e último capítulo discorreremos sobre a experiência desta pesquisadora em duas escolas regulares de ensino, em seguida, apresentamos os níveis e graus do TEA, bem como os principais métodos utilizados para tratamento na atualidade e, por fim, que refletimos acerca da importância do papel do professor nesse contexto.

Esperamos com este estudo contribuir para esclarecer aos profissionais da educação como deve ser pensada a inclusão para a criança com TEA. Neste sentido, as reflexões relacionadas à criança com TEA e a sugestão de métodos que irão promover a interação, a melhor socialização e o desenvolvimento da criança

com TEA são as maiores contribuições que podemos apresentar aos leitores desta pesquisa.

## **CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

No presente capítulo faremos um breve histórico sobre a educação inclusiva no Brasil, trazendo também considerações sobre a legislação e os principais conceitos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

### **1.1 Breve Histórico da Educação Inclusiva no Brasil**

Na Idade Média a pessoa com necessidade especial era considerada indigna na educação escolar, a criança era excluída, vista como doente, incapaz de aprender. Muitas vezes, eram vistos como possuídos pelo demônio e, em muitos casos, eram levados à fogueira e queimados como se fossem bruxos. Muitos acreditavam ainda que essas anomalias eram uma forma de castigo de Deus e, por isso, eram queimadas, afogadas, enforcadas em praças públicas, outras vezes, jogadas e esquecidas nas prisões.

No Brasil Colônia, as autoridades ficaram incomodadas com as crianças abandonadas no meio da rua e, assim, adotaram um modelo já conhecido na Europa, precisamente, em Portugal que foi implantado no ano de 1498, chamada de “roda dos expostos” ou “roda dos enjeitados” que era uma espécie de cilindro instalado na parede das instituições de caridade (conventos, orfanatos, ligados às instituições de caridade) ali, as crianças indesejadas eram abandonadas por seus pais.

O marco da educação especial no Brasil, foi no século XIX, com grande esforço de uma parcela da sociedade inspirados pelas experiências realizadas na Europa, mas, ainda de forma bastante isolada, que buscava atender pessoas com deficiências mentais ou físicas. Para Mantoan (2003) a história da educação no Brasil está dividida em três grandes períodos:

- De 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado;
- De 1957 a 1993 - definido por ações oficiais de âmbito nacional;
- De 1993... - Caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar. (MANTOAN, 2003, p. 32).

Nesse contexto, não podemos desconsiderar as iniciativas de caráter privado e beneficente lideradas pelos pais no atendimento clínico e escolar de pessoas com

deficiência assim como na formação para o trabalho. Com isso, surgiram a partir de 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em todo o Brasil.

Essas iniciativas isoladas não estavam integradas as políticas públicas de educação, muito menos era objeto de debate entre os especialistas à época. Em 1957, a educação especial foi assumida pelo poder público e foram divulgadas algumas campanhas de conscientização das diferentes deficiências e, no ano de 1972, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) fez a primeira proposta de estruturação da educação especial, sob a responsabilidade do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), hoje, denominada de Secretaria de Educação Especial (SEESP).

Só muito recentemente, a partir da década de 80 e início dos anos 90, por iniciativa própria as pessoas com deficiência tem se organizado, participando de movimentos em defesa da educação especial, buscando assegurar os direitos conquistados no decorrer dos séculos.

Em 1983 foi criada a Associação de Amigos do Autista (AMA), onde pais com filhos autistas ou amigos faziam parte desse grupo em busca de melhorar o atendimento a essas crianças. A sociedade foi criada em São Paulo. De acordo com Mello (2013) os pais estavam perdendo as forças

[...] no longo caminho que passa pelo diagnóstico de nossos filhos - crianças autistas - e estende-se por todos os dias da existência. O autismo (síndrome ou doença?) é um problema ainda desconhecido, de tratamento paciente e resultados lentos, às vezes imperceptíveis. A rotina da escola e os constantes cuidados que essas crianças exigem nos esgotam, e as dificuldades nos levam ao desânimo. Mas o que assusta ainda mais, preocupação de dia e de noite, é o futuro sombrio que nos ameaça, um futuro sem perspectivas e sem esperanças. (MELLO *et al.*, 2013, p. 18).

É fato que sempre existiu alguém com deficiência física, mental ou sensorial. A educação inclusiva vem se desenvolvendo no mundo inteiro, uma decorrência as lutas das pessoas com deficientes, seus familiares e de movimentos sociais.

Assim, podemos dizer, que a educação inclusiva surgiu na década de 90, quando aconteceu a Conferência Mundial de Educação Especial e, desta conferência os participantes em comum acordo lançaram a “Declaração de Salamanca” responsável pela inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares como também, no contexto social. De acordo com a referida declaração:

[...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (UNESCO, 1994, p. 01).

A Constituição de Salamanca é assim chamada porque foi criada na cidade de Salamanca na Espanha, um movimento onde 88 países com 25 organizações internacionais se reuniram com o intuito de promover a divulgação e integração da educação inclusiva.

A partir da referida Declaração foi destacado que toda criança é incluída na educação inclusiva, independentemente de sua cor, cultura ou deficiência. Conforme a UNESCO (1994) toda criança

[...] tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. (UNESCO, 1994, p. 01).

Sabemos que a educação inclusiva, ainda é um desafio e, nos dias atuais, ainda está longe de ser conquistada por todos. Incluir estudantes com necessidades educativas especiais em salas de aula regulares e oportunizar um atendimento igualitário ainda não é prioridade em muitos lugares.

No próximo item discorreremos acerca da legislação brasileira que assegura a educação inclusiva.

## **1.2 Legislação que Ampara a Educação Inclusiva no Brasil**

Diante do exposto pudemos contatar que a inclusão das pessoas portadoras de pessoas com deficiência não foi tão simples e, nem tão rápido, foram necessários vários encontros, debates, reuniões para que a pessoa fosse reconhecida como um sujeito de direitos e que sua deficiência não era empecilho para ser acolhida na sociedade e, muito menos na educação escolar.

A Constituição Federal de 1988, assegura o direito de todos os indivíduos, que deve ter um atendimento especializado. E apresenta como um dos seus objetivos fundamentais “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL. CF/1988, art. 3º, Inciso IV).

Ainda a CF/1988 define em seus artigos 205 e 206 que se seguem:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Assim sendo, a Carta Magna assegura a todas as pessoas na sociedade o seu direito de integrar-se, em todas as áreas.

Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96), observamos um reconhecimento acerca das pessoas com pessoas com deficiência, com a garantia do seu acesso no ensino regular. No Capítulo V, que trata da Educação Especial, ela é entendida como uma modalidade de ensino, conforme pode ser constatado no art. 58 a seguir:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996).

Ainda destaca a importância de um trabalho especializado, nas instituições regulares de ensino, com vistas a garantir o acesso, permanência e sucesso nos estudos durante a vida escolar. De acordo com os parágrafos §1º, §2º. e §3º. Do art. 58 que assim se apresenta:

§1º. - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º. - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996).

Ainda nesse contexto, a referida Lei apresenta uma garantia e, de certa forma, assegura às pessoas com deficiências o seu ingresso no ensino regular, conforme pode ser constatado no artigo 59 a seguir:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (BRASIL, LDB n. 9394/96, 2005, p. 25).

A educação especial ganhou lugar de destaque, chamando a atenção da sociedade para a necessidade da efetiva integração do aluno com alguma deficiência, ou até mesmo aqueles que apresentam altas habilidades serem cuidados pelos sistemas de ensino.

Em 2001, De acordo com Souto (2014) a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. No Conselho Nacional de Educação (CNE) no seu artigo 2º. determina que a escola deve matricular todos os alunos e que a escola precisa se adaptar e se organizar para receber os alunos com deficiências, com a segurança necessária para que recebam educação de qualidade e alcancem os objetivos propostos. Como pode ser analisado no art. 2º. a seguir

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (SOUTO, 2014, p. 5).

Desta forma, promove ainda, a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização assegurando as condições necessárias para uma educação em sua plenitude.

Neste mesmo ano é criado o Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172, e, destaca que “[...] o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. (SOUTO, 2014, p. 5).

No ano de 2002, mais um significativo avanço foi constatado, a formação docente, LIBRRAS foi reconhecida na perspectiva da educação inclusiva. Reconhecendo como meio legal de comunicação e expressão a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conforme Souto (2014)

A Resolução CNE/CP nº 1/2002 estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, o que se observa é o despreparo dos docentes para se trabalhar com esta demanda, pois, geralmente, os cursos de formação de professores não têm possibilitado aos docentes uma formação/preparação para a prática da Educação Inclusiva. A lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, devendo esta ser parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Em relação ao Braille em classes, houve a portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova normas para o uso, o ensino, a difusão do Braille em todas as modalidades de Educação. (SOUTO, 2014, p. 5).

É implantado pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2003, o direito à diversidade, onde a escola regular garante o aprendizado aos alunos com deficiência, garantindo o acesso a todos. Para Souto (2014) a inclusão se difunde:

É implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos a escolarização, a oferta do atendimento educacional especializado e a garantia da acessibilidade, promovendo o a

formação de professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva. (SOUTO, 2014, p. 6).

Em 2004, o Ministério Público Federal, reafirma 2003, o acesso às pessoas com deficiência à escolarização, trazendo um apoio e acesso universal aos espaços públicos.

No ano de 2005, são implantados os Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), em todos os estados e no Distrito Federal que objetiva além do atendimento especializado, orientar familiares, professores, gestores com vistas a garantir um atendimento inclusivo nas redes de ensino. Conforme Souto (2014) o NAAH tem como principal objetivo oportunizar:

[...] o atendimento educacional especializado, a orientação às famílias e a formação continuada aos professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino. (SOUTO, 2014, p. 7).

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei no. 13.005/2014, definiu dez diretrizes que devem guiar a educação brasileira e estabeleceu 20 Metas a serem cumpridas. Destas, a Meta número 4, reafirma a universalização do ensino, para que crianças e adolescentes de 4 a 17 anos sejam escolarizados e que tenham acesso à educação. As escolas regulares deverão se organizar, garantindo atendimento às pessoas com deficiência. A Meta 4, do referido Plano, assim se apresenta:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2015, p. 69).

A educação inclusiva sempre será desafiadora para todos, mesmo que já tenhamos leis, decretos, pareceres, diretrizes ainda temos um longo caminho a percorrer.

Diante do exposto, no próximo item trataremos de forma específica do Transtorno do Espectro Autista (TEA), nosso objeto de estudo, conceituando bem como mostrando as diferentes fases desse transtorno.

### 1.3 Conceituando o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

As características do TEA muitas vezes podem aparecer em déficits na comunicação e interação social com as outras pessoas. Por isso, é imprescindível fazer um diagnóstico com profissional habilitado para saber como intervir favorecendo no seu desenvolvimento. De acordo com a *American Psychiatric Association* (2014) é no diagnóstico do TEA que:

[...] as características clínicas individuais são registradas por meio do uso de especificadores (com ou sem comprometimento intelectual concomitante; com ou sem comprometimento da linguagem concomitante; associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental), bem como especificadores que descrevem os sintomas autistas (idade da primeira preocupação; com ou sem perda de habilidades estabelecidas; gravidade). Tais especificadores oportunizam aos clínicos a individualização do diagnóstico e a comunicação de uma descrição clínica mais rica dos indivíduos afetados. Por exemplo, muitos indivíduos anteriormente diagnosticados com transtorno de Asperger atualmente receberiam um diagnóstico de transtorno do espectro autista sem comprometimento linguístico ou intelectual. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 32).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno relacionado ao desenvolvimento neurológico. Geralmente, são pessoas que tem dificuldade de comunicação, socialização, muitas vezes com interesses restritos e estereotipados. Afeta o neurológico da criança, que dificulta o funcionamento do cérebro.

Assim, de acordo com a Associação existem três níveis o leve, o moderado e o grave. O TEA diagnosticado como leve precisa de menos suporte, já o grave precisa de um atendimento mais específico.

A criança com grau leve tem um intelectual de aprendizagem maior que o moderado que já é mais baixo para aprendizagem conceitual, o autista moderado tende a ser mais agressivo e apresentar mais dificuldade na aprendizagem. Crianças que tem o autismo severo precisam de muito apoio, acompanhante na escola, precisam de ajuda pois são dependentes, principalmente em atividades diárias, como na higienização, na alimentação e ao se vestir.

A seguir trataremos dos graus de autismo conforme descrito pela associação de psiquiatria.

### 1.3.1 Grau de Autismo

#### 1.3.1.1 Nível 1

A criança no nível leve consegue fazer as atividades diárias e poder ter uma conversa normal, ler ou escrever. Também é conhecida como, *síndrome de Asperger*, este nome foi utilizado por muitos anos para denominar a pessoa com autismo leve.

No domínio conceitual pode haver dificuldades no ato de aprender alguma habilidade e, com isso, pode ter apoios em outras áreas para um melhor desenvolvimento. Nesse sentido, para a *American Psychiatric Association* (2014):

Em crianças pré-escolares, pode não haver diferenças conceituais óbvias. Para crianças em idade escolar e adultos, existem dificuldades em aprender habilidades acadêmicas que envolvam leitura, escrita, matemática, tempo ou dinheiro, sendo necessário apoio em uma ou mais áreas para o alcance das expectativas associadas à idade. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 34).

A criança com o nível leve consegue ter interações sociais e verbalizar intenções, necessita de menos horas com terapeutas e tem maior facilidade de associar ideias, quanto mais novos tiverem apoio e puder aprender, mais fácil será no decorrer do seu crescimento e pode se desenvolver muito melhor.

#### 1.3.1.2 Nível 2

O autista moderado está no nível 2, é intermediário ao nível leve, que apresenta diferenças dos sintomas. Com uma dificuldade em aprender, com falta de habilidades sociais em interagir com outras pessoas, precisa de mais apoio. Devido as dificuldades de linguagem a criança necessita de um suporte e acompanhamento na aprendizagem e, também, na interação social. Segundo a *American Psychiatric Association* (2014):

Durante todo o desenvolvimento, as habilidades conceituais individuais ficam bastante atrás das dos companheiros. Nos pré-escolares, a linguagem e as habilidades pré-acadêmicas desenvolvem-se lentamente. Nas crianças em idade escolar, ocorre lento progresso na leitura, na escrita, na matemática e na

compreensão do tempo e do dinheiro ao longo dos anos escolares, com limitações marcadas na comparação com os colegas. Nos adultos, o desenvolvimento de habilidades acadêmicas costuma mostrar-se em um nível elementar, havendo necessidade de apoio para todo emprego de habilidades acadêmicas no trabalho e na vida pessoal. Assistência contínua diária é necessária para a realização de tarefas conceituais cotidianas, sendo que outras pessoas podem assumir integralmente essas responsabilidades pelo indivíduo. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 35).

O TEA deste nível apresenta grandes dificuldade pois não conseguem se expressar da forma que querem e acabam sendo afrontosos por dificuldades de habilidades na fala, tendo comportamentos mais afrontosos, são mais inquietos, precisando de mais suporte familiar e profissional, necessita de um acompanhante na escola, de terapias e são mais dependentes de seus familiares.

### 1.3.1.3 Nível 3

A criança demonstra bastante dificuldades em se comunicar em suas habilidades sociais. O seu comportamento é bem repetitivo, muitas vezes, com movimento de pêndulo, que atrapalha muito seu processo de socialização e independência nas atividades diárias.

O TEA do nível severo é não verbal, são dependentes de cuidados de outras pessoas, com dificuldades na fala e gestos. Tem atraso cognitivo, alto nível de comprometimento intelectual ou atraso mental. Sendo assim, a *American Psychiatric Association* (2014) afirma que o indivíduo apresenta compreensão muito limitada

[...] da comunicação simbólica na fala ou nos gestos. Pode entender algumas instruções ou gestos simples. Há ampla expressão dos próprios desejos e emoções pela comunicação não verbal e não simbólica. A pessoa aprecia os relacionamentos com membros bem conhecidos da família, cuidadores e outras pessoas conhecidas, além de iniciar interações sociais e reagir a elas por meio de pistas gestuais e emocionais. A ocorrência concomitante de prejuízos sensoriais e físicos pode impedir muitas atividades sociais. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 36).

O nível severo precisa de muito apoio, de cuidados tanto psicológico, como motor. Assim como exercícios psicomotores, também precisam de um acompanhamento sistemático de terapeutas bem como uma assistência escolar e de um profissional dando suporte em suas atividades no espaço educacional.

No próximo capítulo trataremos da escola enquanto espaço de inclusão da pessoa com TEA, além claro de reforçar a importância do papel do professor nesse desenvolvimento.

## **CAPÍTULO II - AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR**

No presente capítulo discutiremos sobre o autismo no contexto escolar, traremos um relato de experiência vivenciado por esta pesquisadora e, por fim, discorreremos sobre os diferentes métodos utilizados para amenizar os sintomas e a importância do papel do professor.

### **2.1 Experiência com Alunos com Transtorno no Espectro Autista (TEA)**

Durante uma experiência em sala de aula tivemos a oportunidade de conhecer três crianças com autismo. Uma menina e dois meninos com idade entre 4 e 5 anos. Pude observar que cada criança apresentava um comportamento diferente e isso chamou nossa atenção, pois acreditávamos que todos os autistas eram iguais.

Duas crianças eram da mesma escola municipal e a outra era de uma escola particular, como auxiliar de sala de aula pude acompanhar o trabalho das professoras em escolas diferentes.

Na sala de aula da escola pública era apenas uma professora para toda a classe e não havia um professor especializado para a criança autista, então, mesmo que a professora quisesse dar uma atenção a mais para a criança autista, não conseguia, pois, tinha os outros alunos, mas sempre que era possível ela estava mais próxima dessa criança.

A menina autista tinha um comportamento bem tranquilo, prestava bastante atenção em tudo que a professora falava. Era muito atenta, mas apresentava dificuldade para escrever e desenhar, com persistência e com muita paciência a professora ensinava e ela estava evoluindo a cada dia que passava, não faltava um dia de aula e sempre estava disposta a aprender e estar sempre envolvida com as outras crianças. As outras crianças não a tratavam de forma diferente e, sempre a incluía em tudo, era uma criança que se dava bem com todos, se esforçava nas aulas de educação física, mas não demonstrava o mesmo esforço para as atividades em sala de aula, pois gostava mais das atividades esportivas.

A outra criança, que era de outra sala também da escola pública, já era totalmente diferente, era bem inquieto e batia em todos, simplesmente passava a tarde ali sentado sem fazer qualquer atividade, muitas vezes, não fazia nada. A

professora não podia ficar um minuto sozinha, ela tinha uma auxiliar que cuidava da criança autista. Ele não fazia as atividades, não conseguia ficar calmo e, muitas vezes, fazia as necessidades fisiológicas dentro da sala de aula e as duas professoras paravam a aula para cuidar dele.

Observamos que a auxiliar ficava das 13 às 15h em uma sala e, das 15 às 17h, em outra sala pois era apenas uma auxiliar para as professoras e, esta se revezava nas turmas, o que acarretava uma grande dificuldade em ensinar e acompanhar o aprendizado das crianças.

Já a criança da rede privada era impaciente, como a outra, batia em todos e o comportamento era bastante agressivo, era muito nervoso e inquieto e não podia deixá-lo sozinho nem por um segundo que ele agredia ou se mostrava agitado. Não falava, não brincava com nenhuma outra criança, sempre estava sozinho e, quando se dirigia a outra criança, era para bater. A professora de apoio precisava ficar sempre em alerta e, isso, a deixava muito cansada, uma vez que ficava sozinha com ele e mais duas crianças que exigiam cuidados semelhantes.

Assim, começamos a nos indagar: Como agir? Como lidar com cada situação? Como ser uma boa professora para criança com autismo e poder ajudar em seu desenvolvimento? Como é ter um aluno autista em sala de aula?

Estas indagações me inquietavam e precisavam ser esclarecidas, pois são muitas crianças com autismo e os pais se preocupam em deixar suas crianças na escola e saber como está sendo seu dia haja vista, que muitos pais não podem pagar uma escola especializada para o filho autista e precisam das escolas públicas para ajudar no desenvolvimento dessas crianças.

Para Mantoan (2003) a luta desde sempre foi e é ter uma educação inclusiva, que busque sempre melhorar e fazer com que a criança seja aceita em todas as escolas, pois é um direito de todos. Não ser privilégio para alguns e sim, ser direito de todos, buscando crescer juntos, ter professores capacitados para que realmente haja um aprendizado significativo e que a educação inclusiva possa ocorrer de forma eficaz. Nesse sentido, Mantoan (2003) afirma que:

Estamos “ressignificando” o papel da escola com professores, pais, comunidades interessadas e instalando, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. É a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos,

sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. Meu objetivo é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas. (MANTOAN, 2003, p. 8).

Ao ressignificar o papel da escola, bem como a importância da união entre pais e escolas em prol das crianças hoje, contamos com alguns métodos utilizados para abrandar o comportamento do autista, para que assim, possa ocorrer um melhor desenvolvimento. São métodos na linha comportamental e cada um deles será abordado a seguir.

## 2.2 Métodos Utilizados da Linha Comportamental

### 2.2.1 Métodos ABA

O Método *Applied Behavior Analysis* (ABA), é conhecido também como Análise do Comportamento Aplicada. Muitos definem a aplicação de ABA para crianças autistas como “aprendizagem sem erro”.

Basicamente, o ABA é um conjunto de técnicas pesquisadas e comprovadas para o tratamento de pessoas com TEA. Assim, de acordo com Silva; Velloso (2018) o método ABA é

[...] proveniente do campo científico do Behaviorismo que concentra seus estudos na observação, análise e explicação frente a uma associação do ambiente, comportamento humano observável e mensurável e aprendizagem. O Behaviorismo surge no século XX, com os estudos propostos por Ivan Pavlov, John B. Watson, Edward Thorndike e B. F Skinner. Esse modo de compreensão dos indivíduos propõe que a partir do momento em que se analisa um comportamento é possível elaborar um planejamento para a modificação do mesmo. (SILVA; VELLOSO, 2018, p. 05).

O ABA poder ser usado de uma forma mais natural, não pode ser algo forçado para que a criança possa interagir, querer imitar o que está sendo feito. O tratamento busca reforçar o comportamento para a socialização, com vistas a fomentar o desenvolvimento da autonomia, assegurando sua independência, trabalhando as habilidades. De acordo com Drumond (2020) o tratamento envolve:

[...] o ensino intensivo e individualizado das habilidades necessárias para que o indivíduo possa adquirir independência e a melhor

qualidade de vida possível. Dentre as habilidades ensinadas incluem-se comportamentos sociais, tais como contato visual e comunicação funcional; comportamentos acadêmicos tais como pré-requisitos para leitura, escrita e matemática; além de atividades da vida diária como higiene pessoal. A redução de comportamentos tais como agressões, estereotípias, auto-lesões, agressões verbais, e fugas também fazem parte do tratamento comportamental, já que tais comportamentos interferem no desenvolvimento e integração do indivíduo diagnosticado com autismo. (DRUMOND, 2020, p. 52).

Além do ABA que é muito utilizado nas terapias individuais tanto para crianças como para adultos, destacamos também, o método Padovan que será apresentado logo a seguir.

### 2.2.2 Método Padovan

O Método Padovan de reorganização neurofuncional, foi desenvolvido por Beatriz Padovan, é uma abordagem terapêutica que recapitula as fases do neurodesenvolvimento (engatinhar, ficar de pé, caminhar, correr), usadas como estratégia para habilitar ou reabilitar o sistema nervoso da criança, ou adulto ou seja, trabalha na organização neurológica como um processo mais natural que trata o seu potencial com a organização dos movimentos do corpo podendo assim, se mover da maneira que quiser, sendo essa liberdade de se movimentar para um lado e outro, voluntariamente ou involuntária. Para Dumond (2020) esse desenvolvimento é individual de acordo com cada espécie.

O Desenvolvimento Ontogenético, consiste nas fases do desenvolvimento natural do Ser Humano (rolar, rastejar, engatinhar, etc.), que são significativamente importantes na definição do esquema corporal e da lateralidade (maturação do próprio Sistema Nervoso Central), tornando o indivíduo apto a dominar seu corpo no espaço, isto é, a poder fazer todos os movimentos que quiser, voluntários e involuntários. (DRUMOND, 2020, p. 52).

Andar, pensar e falar atividades próprias do ser humano que não foram desenvolvidas de forma natural, podem ser melhoradas com o uso do Método Padovan, utilizando exercícios específicos para os movimentos de cada fase.

Na sequência trataremos no Método Teacch, também muito utilizado por especialistas da área.

### 2.2.3 Método Teacch

Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados com a Comunicação (TEACCH), foi desenvolvido na universidade da Carolina do Norte, pelo Dr. Eric Schopler, do departamento de psiquiatria. É um método psicoeducacional que visa a organizar o ambiente de uma forma diferente trabalhando o comportamento e o desenvolvimento da criança ou adulto. Segundo Drumond (2020) o Teacch é

[...] um programa educacional e clínico com uma prática predominantemente psicopedagógica criado a partir de um projeto de pesquisa que buscou observar profundamente os comportamentos das crianças autistas em diferentes situações e frente a diferentes estímulos. (DRUMOND, 2020, p. 38).

Esse método tem como objetivo melhorar o comportamento do TEA e, poder incentivar a sua independência com vistas a melhorar o desenvolvimento do autista, tendo um ambiente mais organizado tanto na escola, como no trabalho ou em casa. O ensino estruturado do TEACCH trabalha muito com cartões ilustrativos, fotos, gestos, movimentos corporais para que a criança ou adultos coordene seus movimentos e comportamento. Ainda, de acordo com Drumond (2020)

O corpo vai incorporando significados através da "ação no mundo" enquanto desenvolve de maneira progressiva a comunicação - que pode ser oral, gestual, escrita etc. São utilizados estímulos visuais (fotos, figuras, cartões), estímulos corporais (apontar, gestos, movimentos corporais) e estímulos de áudio, sinestésico e visuais (som, palavra, movimentos associados às fotos) para buscar a linguagem oral ou uma comunicação alternativa. (DRUMOND, 2020 p. 41).

Há de se ressaltar a importância do uso desse método uma vez que proporciona ampliar os estímulos corporais, visuais, auditivos por meio de atividades diversificadas e brincadeiras com temas que despertem a curiosidade e o interesse do TEA.

No próximo item apresentaremos o Método PECS também muito utilizado para despertar o interesse da criança em atendimento.

#### 2.2.4 Método PECS

Em português é chamado de Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (*Picture Exchange Communication System - PECS*), foi desenvolvido nos Estados Unidos da América (USA) em 1985, é um sistema de comunicação, para crianças autistas feito pela primeira vez em uma pré-escola.

É utilizado usando figuras e através delas trabalhar a comunicação, os gestos e poder ter um resultado melhor com atividades de treinamento aumentativo/ alternativo único que ensina crianças e adultos com autismo e problemas correlatos de comunicação a começarem a se comunicar. Drumond (2020) apresenta o método em quatro fases que se complementam no decorrer do trabalho clínico.

Fase I - Ensina os alunos a iniciarem a comunicação desde o início por meio da troca de uma figura por um item muito desejado.

Fase II - Ensina os alunos a serem comunicadores persistentes - ativamente irem à busca de suas figuras e irem até alguém e fazerem uma solicitação.

Fase III - Ensina os alunos a discriminar figuras e selecionar uma figura que represente um objeto que eles querem.

Fase IV - Ensina os alunos a usarem uma estrutura na frase para fazer uma solicitação na forma de "Eu quero". (DRUMOND, 2020, p. 71-72).

O método PECS tem como benefícios o desenvolvimento de habilidades, além de reduzir comportamentos considerados inadequados dentro e fora do contexto escolar.

Finalizando, apresentamos o último método pesquisado conhecido como Floortime que objetiva a socialização da criança com TEA em outros espaços.

#### 2.2.5 Método Floortime

O Método Floortime foi desenvolvido pelo psiquiatra infantil Stanley Greenspan, Floortime (ao pé da letra significa tempo no chão) tem como base principal trabalhar o desenvolvimento da criança, formando uma estrutura social, intelectual e emocional.

É importante para o professor seguir a brincadeira da criança para dar a ela, a possibilidade de interagir tanto com ela como com os demais, o afeto e o relacionamento têm um papel fundamental na vida da criança favorecendo assim,

uma aprendizagem mais significativa. Segundo Drumond (2020) Floortime é um método de tratamento que

[...] leva em conta a filosofia de interagir com uma criança autista. É baseado na premissa de que a criança pode melhorar e construir um grande círculo de interesses e de interação com um adulto que vá de encontro com a criança independente do seu estágio atual de desenvolvimento e que o ajuda a descobrir e levantar a sua força. (DRUMOND, 2020, p. 76).

O Método Floortime trabalha os interesses emocionais da criança com TEA, buscando como técnica terapêutica melhorar o seu comportamento, tornando-se menos agressiva e arredia em relação às pessoas com as quais convive, favorecendo as relações interpessoais dentro e fora do ambiente escolar.

Nesse sentido, asseguramos a importância do papel do professor nesse contexto, uma vez que ele convive rotineiramente com as crianças como será apresentado no próximo item.

### **2.3 O Papel do Professor**

O papel do professor é de grande importância na educação de uma criança, sabemos que é muita responsabilidade trabalhar com crianças seja com algum transtorno ou não e este, precisa se preparar para conhecer suas características e modalidades de aprendizagem.

É preciso haver uma mudança nas escolas, nos currículos dos professores, precisam entender que a escola precisa receber as crianças com deficiência e não separar e excluir aqueles que apresentam alguma dificuldade na aprendizagem. É direito de todos, como apresentado anteriormente de frequentar a escola regular se assim o desejar. Assim, Mantoan (2003) afirma que em todos os níveis de formação de professores devem sofrer:

[...] modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças. O acesso a todas as séries do ensino fundamental (obrigatório) deve ser incondicionalmente garantido a todos. Para tanto, os critérios de avaliação e de promoção, com base no aproveitamento escolar e previstos na LDB de 1996 (art. 24), devem ser reorganizados, de forma a cumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e à permanência na escola básica, bem como do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação

artística, segundo a capacidade de cada um. (MANTOAN, 2003, p. 25).

Para Mantoan (2003) o professor na educação inclusiva deve oportunizar à criança o desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais, com um planejamento para toda a turma sem discriminação e exclusão de nenhuma criança.

O professor juntamente com a criança deve comemorar suas pequenas conquistas e fomentar momentos de convivência uns com os outros, tratando a todos igualmente. Pois as escolas precisam se adaptar e buscar soluções para incluir qualquer criança em seu espaço escolar. Segundo Mantoan (2003)

Em suma: as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar — sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma. (MANTOAN, 2003, p. 35).

Assim, podemos dizer que a escola e o professor acolhedor fazem diferença no desenvolvimento da criança portadora de TEA e, cabe ao professor, realizar atividades diversificadas com brincadeiras, jogos, pinturas, música, entre outras.

Mesmo que a inclusão das crianças com TEA seja um desafio aos professores, sempre é bom buscar soluções e conhecimento, levando para a sala de aula a não discriminar e sim, mostrar para todos que é importante o respeito e a convivência. De acordo com Miranda e Galvão Filho (2012):

Outro fator importante na inclusão de alunos com deficiência na escola pública é a oportunidade do convívio com colegas sem deficiência, fazendo com que se percebam indivíduos capazes de desenvolver suas dimensões social, psíquica, biológica e laboral. Então, devem ser oferecidos os meios para a organização da escola democrática com vistas à aprendizagem que tenha como eixo norteador a experiência entre as subjetividades, ou seja, professores e alunos, com/sem deficiência, aprendendo juntos. (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012, p. 92).

O papel do professor não é somente transmitir conhecimento ao seu aluno, mas ser um mediador, um orientador, que estimula o desenvolvimento e aprendizagem. Através das interações construídas no envolvimento de toda a turma, a inclusão não está somente no incluir no espaço e deixá-lo sozinho e sim, proporcionar um ensino com metodologias diversificadas, para que haja um bom resultado. Miranda *et al.* (2009) conceitua aprendizagem como:

[...] como um processo no qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas. A aprendizagem não é um processo apenas cognitivo, é também afetivo. A cognição e a afetividade possibilitam a eficiência cognitiva. As relações sociais entram como conteúdo estruturante tão fundamental quanto o demais conteúdo. As pessoas que demonstram habilidades cognitivas aquém do esperado são privadas de muitas relações sociais, resultando no que Feuerstein e Rand (1998) chamaram de síndrome da privação cultural: a pessoa é impedida de beneficiar-se dos elementos da sua cultura. (MIRANDA *et al.*, 2009, p. 239).

A aprendizagem não é só cognitiva e sim, também afetiva, o professor nesta perspectiva deve socializar com a criança, adequando sua metodologia para atender às necessidades.

Podemos dizer que muitas vezes a criança fica às margens do conhecimento ou não são incluídas nas atividades em grupo, cabe ao professor incluí-las mostrando a importância do respeito e a convivência junto com as outras crianças. Dessa forma, reafirmamos a importância do papel do professor no desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças sem distinção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de pesquisa teve como objetivo compreender sobre a educação inclusiva no Brasil, por isso, traçamos um breve retrospecto da história da Educação Especial, assim como buscamos conceituar o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Entendemos a necessidade da criança, jovem ou adulto com qualquer tipo de deficiência ter acesso às escolas regulares e, poder ter um espaço de aprendizagem que pudesse favorecer o seu desenvolvimento mental, físico ou motor.

Acreditamos que para ter uma escola para todos, precisamos mostrar que não há desigualdade, preconceito e discriminação contra pessoas com deficiências, a escola, precisa se organizar e estar preparada para acolher o educando na sua integralidade.

Assim, discorreremos sobre os principais níveis do TEA, bem como quais os principais métodos utilizados para abrandar os sintomas e/ou ajudar o indivíduo adquira melhor domínio de suas destrezas e habilidades.

É tempo de melhorar os espaços de convivência das pessoas com deficiências, para além do ambiente familiar, para que o TEA possa conviver em liberdade, poder participar e interagir tanto em ambientes escolares como sociais, desenvolvendo habilidades tanto para um como para o outro, podendo ter uma vida autônoma e independente.

É preciso que haja uma mudança de visão sobre o TEA bem como de todas as pessoas com algum tipo de deficiência, retirando todo o preconceito e descriminalização, trazendo os para o convívio social.

Vale ressaltar que todos nós somos sujeitos de direitos em busca de um futuro melhor e, entendemos que a inclusão precisa ainda de muita atenção tanto por parte dos órgãos públicos, como pelas instituições educacionais, pelos profissionais de saúde e de educação, favorecendo assim, um melhor acolhimento e respeito de todos, independente de sua classe social, gênero e credo religioso.

Reforçamos ainda que, para que haja mais mudanças é preciso compromisso tanto da escola, quanto da família, da sociedade e, por parte do poder público. Assim sendo, poderemos contribuir para amenizar as desigualdades, construindo uma sociedade inclusiva que sabe respeitar as diferenças e ser solidária ao próximo.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, recurso eletrônico, DSM-5**. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento, rev. téc. Aristides Volpato Cordioli, 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães. **O aluno com autismo na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: SF/SEEP/SET, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007)**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília: SDH/SNPDPD, 2011.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: linha de base. Brasília: Inep, 2015.

CAPACITAÇÃO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA AO AUTISMO E DESENVOLVIMENTO ATÍPICO (ABA). Disponível em: <https://meuredator.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Projeto-apostila-ABA.pdf>  
Acesso em: fev. 2021.

DRUMOND, Simone Helen Ischkanian. **Autismo e educação**: métodos, programas e técnicas educacionais para autistas. Projeto. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que e? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: **História social da infância no Brasil**. [S.l.: s.n.], 2016.

MELLO, Ana Maria S. Ros de *et al.* **Retratos do autismo no Brasil**. São Paulo: AMA, 2013.

MIRANDA, Theresinha *et al.* (Orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFA, 2009.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

ROCHA, Maria Helena; GUERREIRO, Maria Fernanda. **Autismo**: perda de contato com a realidade exterior. Centro de Formação de Professores de Orique. Castro Verde: Aljustrel e Almodóvar, 2006.

SOUTO, Maricélia Tomáz. **Educação inclusiva no Brasil**: contexto histórico e contemporaneidade. 38 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Química) - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande, 2014.

SOUTO, Maricélia Tomáz et al. **Educação inclusiva no Brasil**: contexto histórico e contemporaneidade. 2014. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade\\_1datahora\\_02\\_11\\_2014\\_11\\_59\\_38\\_idinscrito\\_2760\\_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_02_11_2014_11_59_38_idinscrito_2760_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf). Acesso em: fev. 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de, 1994.